

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL E INTERFERÊNCIA DO BANCO MUNDIAL: ANÁLISE DA POLÍTICA SOCIAL SOB O CONTEXTO ATUAL DO CAPITALISMO DEPENDENTE

HEALTH PRIVATIZATION IN BRAZIL AND INTERFERENCE OF THE WORLD BANK: ANALYSIS OF SOCIAL POLICY UNDER THE CURRENT CONTEXT OF DEPENDENT CAPITALISM

Maria da Conceição Silva Bastos

Curso: Mestrado em Política Social- Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

Orientadora: Professora Dra. Liliam dos Reis Souza Santos

Resumo: Este trabalho faz uma análise dos documentos do Banco Mundial para o Brasil no período de 2016 a 2023, com o objetivo de identificar recomendações de cunho privatista para a política de saúde brasileira, considerando as relações estabelecidas por esta agência multilateral com os governos Temer (2016-2018) e o governo de extrema direita de Bolsonaro no contexto da pandemia de covid-19; atrelando essa interação com a condição de dependência brasileira ao capitalismo central. O referencial teórico e metodológico em que está embasado é o materialismo histórico-dialético, por considerar indispensável para compreensão das relações concretas na sociedade capitalista. O trabalho também como procedimentos investigativos, a pesquisa documental com abordagem quanti-qualitativa realizado através de análise bibliográfica e documental e está estruturado em três capítulos. O primeiro aborda o processo do capitalismo dependente brasileiro, o papel que o Estado assume nesta na condição da dependência. Faz-se também uma análise da política social e da política de saúde, no contexto do neoliberalismo, da contrarreforma do Estado nos anos de 1990. O segundo faz um percurso da implementação do SUS, o golpe de 2016, os processos de privatização do SUS e a relação com as agências internacionais. O terceiro, no qual conta a pesquisa documental, discorre sobre o Banco Mundial e sua relação com as políticas sociais direcionadas aos países de economia dependente, como o Brasil. A pesquisa indica que no período pesquisado não há novas orientações para privatização da saúde brasileira, o que há em todos os documentos analisados é um reforço para a necessidade de aprofundamento dos processos privatistas indicados nos documentos nas décadas de 1990 e 2000, por meio do estímulo para o repasse das atividades do SUS para Organizações Sociais- OS como forma de tornar a saúde mais eficiente. Este foi

um elemento muito evidente neste trabalho, indicando que, embora não tenha sido identificados novas formas de privatização nos documentos, os elementos privatistas indicados pelo Banco estão presentes na política de saúde.

Palavras-chave: privatização; política de saúde; Banco Mundial; capitalismo dependente.

Abstract: This paper analyzes World Bank documents for Brazil from 2016 to 2023, with the aim of identifying privatizing recommendations for Brazilian health policy, considering the relationships established by this multilateral agency with the Temer (2016-2018) and far-right Bolsonaro governments in the context of the COVID-19 pandemic, linking this interaction to Brazil's condition of dependence on central capitalism. The theoretical and methodological framework on which it is based is historical-dialectical materialism, as it is considered essential for understanding concrete relationships in capitalist society. The work also uses investigative procedures, documentary research with a quantitative and qualitative approach carried out through bibliographic and documentary analysis and is structured in three chapters. The first addresses the process of Brazilian dependent capitalism, the role that the State assumes in this condition of dependence. An analysis is also made of social policy and health policy, in the context of neoliberalism, of the State counter-reform in the 1990s. The second takes a path from the implementation of the SUS, the 2016 coup, the privatization processes of the SUS and the relationship with international agencies. The third, which includes documentary research, discusses the World Bank and its relationship with social policies aimed at countries with dependent economies, such as Brazil. The research indicates that during the period studied there were no new guidelines for the privatization of Brazilian health care. What is present in all the documents analyzed is a reinforcement of the need to deepen the privatization processes indicated in the documents from the 1990s and 2000s, through the encouragement of the transfer of SUS activities to Social Organizations (SOs) as a way of making health care more efficient. This was a very evident element in this work, indicating that, although no new forms of privatization were identified in the documents, the privatization elements indicated by the Bank are present in health policy.

Keywords: privatization; health policy; World Bank; dependent capitalism.

NOVA DIREITA À BRASILEIRA: POLÍTICAS SOCIAIS E CULTURA POLÍTICA

THE NEW BRAZILIAN RIGHT: SOCIAL POLICIES AND POLITICAL CULTURE

LA NUEVA DERECHA BRASILEÑA: POLÍTICAS SOCIALES Y CULTURA POLÍTICA

Tese final do curso de doutorado em Política Social

Melina Sampaio de Ramos Barros

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Camila Potyara Pereira

Resumo: Esta tese trata-se de uma análise do desenvolvimento da Nova Direita no Brasil sob a lente das políticas sociais. Para tanto, buscou compreender as particularidades da Nova Direita no Brasil e seus efeitos sobre a configuração das políticas sociais durante o período dos governos Temer e Bolsonaro, com o propósito de apresentar novas chaves de compreensão para os estudos sobre políticas sociais no Brasil contemporâneo, que relacionem aspectos sócio-históricos e conjunturais com as especificidades da ideologia neodireitista à brasileira. Nesse sentido, os objetivos específicos foram propostos para identificar os determinantes da Nova Direita e as suas particularidades no Brasil; desvendar as conexões entre a ideologia neodireitista e a cultura política brasileira; e descobrir se os laços construídos pela relação entre nova direita e cultura política promovem determinações específicas às políticas sociais dos governos Temer e Bolsonaro e, se sim, identificá-las. A distinção das gestões neodireitistas no âmbito das políticas sociais se caracterizou pela privatização da provisão social, com ênfase na institucionalização do voluntariado e de políticas familiares. As políticas familiares ganharam destaque, uma vez que o tema da família foi instrumentalizado e abordado como instituição primária para suprir necessidades sociais, promovendo a privatização do cuidado, individualização dos problemas sociais, autoproteção e responsabilização moral. O programa “Criança Feliz”, lançado durante o governo Temer, exemplificou esse processo, refletindo a forma como a Nova Direita reforçou a hipervigilância sobre as famílias empobrecidas, a individualização e a culpabilização dos problemas sociais. Essa abordagem foi atualizada por um discurso neurocientífico e econômico, que reduz a criança a um vir a ser funcional e produtivo. A institucionalização de políticas familiares familistas foi ampliada na gestão Bolsonaro, com a criação de uma secretaria específica para a família, reforçando uma visão de que é ela a responsável por garantir a proteção social e os cuidados de seus membros, minimizando a responsabilidade do Estado. Os diferentes programas, projetos e ações da Secretaria Nacional da Família atuaram de forma disciplinar e educativa, por meio de estratégias de divulgação e propaganda de uma concepção de família e provisão social, sem oferecer serviços ou políticas que auxiliassem o cuidado no âmbito familiar ou que garantissem direitos sociais básicos.

Palavras-Chave: Nova Direita; neoliberalismo; neoconservadorismo; cultura política; políticas familiares; familismo.

Abstract: This thesis endeavoured to analyze the development of the New Right in Brazil within the context of social policies. Consequently, it aimed to comprehend the unique characteristics of the New Right in Brazil and its effects on social policies during the tenures of the Temer and Bolsonaro. The purpose is to offer novel perspectives for comprehending studies on social policies in contemporary Brazil, integrating socio-historical and conjunctural factors with the nuances of Brazilian neo-rightist ideology. To this end, specific objectives have been delineated: identifying the determinants and specificities of the New Right in Brazil; elucidating the interconnections between neo-rightist ideology and Brazilian political culture; and assessing whether the affiliations between the New Right and political culture exert discernible influences on the social policies enacted during the Temer and Bolsonaro administrations, and if so, delineating them. The Neo-rightist administrations' approach to social policies was primarily marked by the privatization of social provision, with a particular emphasis on the institutionalization of volunteering and family policies. Family policies became increasingly prominent, as the concept of the family was strategically promoted as the central institution responsible for addressing social needs. This redefinition facilitated the privatization of care, the individualization of social issues, the promotion of self-protection, and the moral accountability of individuals. The "Criança Feliz" program, introduced during the Temer administration, served as a clear illustration of this process, demonstrating how the New Right reinforced hyper-surveillance over economically disadvantaged families while fostering the individualization and moralization of social problems. This framework was based by a neuroscientific and economic discourse, which reduced the child to a functional and productive future. During the Bolsonaro administration, the institutionalization of familist policies was expanded, culminating in the creation of a dedicated Ministry for family thme. This move reinforced the notion that it is the family's responsibility to ensure social protection and care for its members, thereby diminishing the state's role. The various programs, initiatives, and actions of the National Family Secretariat was operated with a disciplinary and educational focus, disseminating a traditional conception of family by a extensive propaganda, while failing to provide services or policies that would support family care or guarantee basic social rights.

Keywords: New Right. Political Culture. Family Policies. Familism.

Resumen: Esta tesis se propone analizar el desarrollo de la Nueva Derecha en Brasil desde la perspectiva de las políticas sociales. Por lo tanto, buscó comprender las particularidades de la Nueva Derecha en Brasil y sus efectos sobre la configuración de las políticas sociales durante los períodos de los gobiernos de Temer y Bolsonaro. El objetivo es ofrecer nuevas claves de comprensión para los estudios sobre políticas. En este sentido, se han delineado objetivos específicos: identificar los determinantes de la Nueva Derecha y sus particularidades en Brasil; desentrañar las conexiones entre la ideología neoderechista y la cultura política brasileña; y determinar si los vínculos establecidos por la relación entre la nueva derecha y la cultura política influyen en las determinaciones específicas de las políticas sociales de los gobiernos de Temer y Bolsonaro, y en caso afirmativo, identificarlas. El enfoque de las administraciones neo derechistas en las políticas sociales estuvo marcado principalmente por la privatización de la provisión social, con un énfasis particular en la institucionalización del voluntariado y las políticas familiares. Las políticas familiares se volvieron cada vez más prominentes, ya que el concepto de la familia fue estratégicamente promovido como la institución central responsable de abordar las necesidades sociales. Esta redefinición facilitó la privatización del cuidado, la individualización de los problemas sociales, la promoción de la autoprotección y la responsabilidad moral de los individuos. El programa "Criança Feliz", introducido durante la administración de Temer, sirvió como

una clara ilustración de este proceso, demostrando cómo la Nueva Derecha reforzó la hipervigilancia sobre las familias económicamente desfavorecidas, mientras fomentaba la individualización y la moralización de los problemas sociales. Este marco se sustentaba en un discurso neurocientífico y económico, que reducía al niño a un futuro funcional y productivo. Durante la administración de Bolsonaro, la institucionalización de las políticas familistas se expandió, culminando en la creación de un Ministerio dedicado al tema familiar. Este movimiento reforzó la noción de que es responsabilidad de la familia garantizar la protección social y el cuidado de sus miembros, reduciendo así el papel del Estado. Los diversos programas, iniciativas y acciones de la Secretaría Nacional de la Familia operaron con un enfoque disciplinario y educativo, difundiendo una concepción tradicional de la familia a través de una extensa propaganda, sin ofrecer servicios o políticas que apoyaran el cuidado familiar o garantizaran los derechos sociales básicos.

Palabras Clave: Nueva Derecha. Cultura Política. Políticas Familiares. Familismo.

“MENINOS VESTEM AZUL E MENINAS VESTEM ROSA”: CONCEPÇÃO E FINANCIAMENTO DOS DIREITOS SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA

“BOYS WEAR BLUE AND GIRLS WEAR PINK”: CONCEPTION AND FUNDING OF THE SEXUAL RIGHTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN BRAZIL FROM AN ONTOLOGICAL PERSPECTIVE

«LOS NIÑOS VISTEN DE AZUL Y LAS NIÑAS DE ROSA”: CONCEPCIÓN Y FINANCIACIÓN DE LOS DERECHOS SEXUALES DE NIÑOS Y ADOLESCENTES EN BRASIL DESDE UNA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA

Programa de Pós-Graduação em Política Social

Ana Paula Cruz Penante Nunes

Orientador: Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Adrianyce Angelica Silva de Sousa

Resumo: Investiga as determinações estruturais e políticas que orientam as políticas voltadas à sexualidade de crianças e adolescentes no Brasil, com ênfase na relação entre o fundo público, a política social e as disputas políticas que conformam os direitos sexuais infantojuvenis. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa é qualitativa e faz parte da tese de que a sexualidade é uma dimensão ontológica do ser social, conformada historicamente por relações sociais, econômicas e políticas e constitui uma mediação fundamental da constituição humana, sendo atravessada por processos de alienação e disputa no interior da sociabilidade capitalista. Estrutura-se na análise documental e na revisão crítica da literatura marxista e feminista sobre a sexualidade e os direitos sexuais. Examina políticas públicas, legislações, planos governamentais e documentos orçamentários, além de estudos acadêmicos que abordam a relação entre fundo público, políticas sexuais e infância no Brasil. Possui 4 eixos centrais: 1) analisa a relação entre trabalho, diversidade humana e sexualidade, demonstrando como a alienação no modo de produção capitalista implica a regulação da sexualidade; 2) examina as determinações históricas da construção da sexualidade de crianças e adolescentes na modernidade burguesa e sua instrumentalização pelo Estado como dispositivo de controle social; 3) investiga a vinculação entre fundo público e política social, problematizando a alocação orçamentária e a formulação de políticas sexuais no Brasil; 4) discute as transformações na política orçamentária e nos direitos sexuais durante o governo Bolsonaro, evidenciando a ascensão de um projeto reacionário, sustentado por setores neoliberais e conservadores, que promoveu o desmonte das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sexuais infantojuvenis. Resultados indicam que a sexualidade é campo central de disputa no capitalismo contemporâneo, tanto como mecanismo de regulação social quanto como estratégia de resistência e luta por emancipação; o conservadorismo brasileiro se fundamenta em

um irracionalismo estrutural, conforme Lukács, operando como um instrumento ideológico que desarticula a apreensão crítica da realidade e impede a compreensão da sexualidade em sua dimensão histórico-social. A ofensiva conservadora se articula a políticas neoliberais que precarizam direitos sociais e inviabilizam a implementação de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Conclusão: a disputa pelos direitos sexuais deve ser compreendida a partir da totalidade social, sendo imprescindível a mobilização política e a reafirmação da sexualidade como uma dimensão ontológica do ser social.

Palavras-chave: sexualidade; infância e adolescência; ontologia; fundo público; direitos sexuais.

Abstract: The thesis investigates the structural and political determinants that guide policies aimed at the sexuality of children and adolescents in Brazil, with an emphasis on the relationship between public funds, social policy and the political disputes that shape sexual rights for children and adolescents. Based on historical-dialectical materialism, the research is based on the thesis that sexuality is an ontological dimension of social being, historically shaped by social, economic and political relations: sexuality is not restricted to an individual or private expression, but constitutes a fundamental mediation of the human constitution, being crossed by processes of alienation and dispute within capitalist sociability. It adopts a qualitative approach, based on document analysis and a critical review of Marxist and feminist literature on sexuality and sexual rights. It examines public policies, legislation, government plans and budget documents, as well as academic studies that address the relationship between public funds, sexual policies and childhood in Brazil. The study is structured around four central axes: the first analyzes the relationship between work, human diversity and sexuality, demonstrating how alienation in the capitalist mode of production implies the regulation of sexuality; the second examines the historical determinations of the construction of the sexuality of children and adolescents in bourgeois modernity and its instrumentalization by the State as a device of social control; the third investigates the link between public funds and social policy, problematizing budget allocation and the formulation of sexual policies in Brazil; and the fourth discusses the transformations in budget policy and sexual rights during the Bolsonaro government, highlighting the rise of a reactionary project, supported by neoliberal and conservative sectors, which promoted the dismantling of public policies aimed at guaranteeing children and adolescents' sexual rights. The results indicate that sexuality is a central field of dispute in contemporary capitalism, being used both as a mechanism of social regulation and as a strategy of resistance and struggle for emancipation. The analysis reveals that Brazilian conservatism is based on a structural irrationalism, as conceived by Lukács, operating as an ideological instrument that dismantles the critical apprehension of reality and prevents an understanding of sexuality in its historical-social dimension. This conservative offensive is linked to neoliberal policies that undermine social rights and make it impossible to implement public policies aimed at promoting the sexual rights of children and adolescents. We conclude that the dispute over sexual rights must be understood from the social totality, and that political mobilization and the reaffirmation of sexuality as an ontological dimension of social being are essential.

Keywords: sexuality; childhood and adolescence; ontology; public funds; sexual rights.

Resumen: Se investiga los determinantes estructurales y políticos que orientan las políticas dirigidas a la sexualidad de niños y adolescentes en Brasil, con énfasis en la relación entre los fondos públicos, la política social y las disputas políticas que dan forma a los derechos sexuales de niños y adolescentes. Se basa en el materialismo histórico-dialéctico, donde la sexualidad es una dimensión ontológica del ser social, moldeada históricamente por las relaciones sociales, económicas y políticas: la sexu-

alidad constituye una mediación fundamental de la constitución humana, atravesada por procesos de alienación y disputa dentro de la sociabilidad capitalista. Con un abordaje cualitativo, hace una revisión crítica de la literatura marxista y feminista sobre sexualidad y derechos sexuales, así como examina políticas públicas, legislación, planes de gobierno, documentos presupuestarios y estudios académicos sobre la relación entre fondos públicos, políticas sexuales e infancia en Brasil. Posee 4 ejes centrales: 1) analiza la relación entre trabajo, diversidad humana y sexualidad, demostrando cómo la alienación en el modo de producción capitalista implica la regulación de la sexualidad; 2) examina las determinaciones históricas de la construcción de la sexualidad de niños y adolescentes en la modernidad burguesa y su instrumentalización por el Estado como dispositivo de control social; 3) investiga el vínculo entre fondos públicos y política social, problematizando la asignación presupuestaria y la formulación de políticas sexuales en Brasil; 4) discute las transformaciones en la política presupuestaria y los derechos sexuales durante el gobierno Bolsonaro, destacando el surgimiento de un proyecto reaccionario, apoyado por sectores neoliberales y conservadores, que ha promovido el desmantelamiento de las políticas públicas destinadas a garantizar los derechos sexuales de niños y adolescentes. Concluye que la sexualidad es un campo central de disputa en el capitalismo contemporáneo, instrumentalizada tanto como mecanismo de regulación social como estrategia de resistencia y lucha por la emancipación; el conservadurismo brasileño se basa en el irracionalismo estructural, como Lukács, operando como instrumento ideológico que desarticula la aprehensión crítica de la realidad e impide la comprensión de la sexualidad en su dimensión histórico-social. La ofensiva conservadora está vinculada a las políticas neoliberales que precarizan los derechos sociales e imposibilitan la implementación de políticas públicas dirigidas a la promoción de los derechos sexuales de niños y adolescentes. La disputa por los derechos sexuales debe ser entendida desde la totalidad social; la movilización política y la reafirmación de la sexualidad como dimensión ontológica del ser social son indispensables.

Palabras clave: sexualidad; infancia y adolescencia; ontología; fondos públicos; derechos sexuales.

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

Mirela Berendt Pinto da Luz

ORIENTADOR: REGINALDO GHIRALDELLI

Resumo: A presente pesquisa analisa o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e sua relação com a privatização do ensino superior brasileiro e o acesso ao mercado de trabalho. Embora o FIES seja uma política pública, uma vez que seu gerenciamento é realizado pelo Estado, os estudantes que utilizam esse financiamento são obrigados a reembolsar os valores, acrescidos de juros, após a conclusão ou interrupção do curso. Até maio de 2022, a dívida acumulada por contratos em atraso há mais de 90 dias totalizava R\$ 7,3 bilhões, abrangendo 48,8% dos contratos firmados, conforme dados da Agência Senado (2022). O histórico do financiamento estudantil no Brasil remonta a 1975, no período da ditadura civil-militar, com o intuito de apoiar estudantes de baixa renda por meio do Programa Nacional de Financiamento ao Estudante (PRONAFE) que, em 1992, foi renovado pela Lei nº 8.436 como CREDUC e substituído pelo FIES em 1999, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Dados do Censo da Educação Superior mostram que, entre 1999 e 2023, houve um aumento significativo na quantidade de instituições e estudantes matriculados no ensino superior privado. A pesquisa, fundamentada em uma abordagem histórico-crítica e dialética, identificou que o FIES é um mecanismo de acesso à educação superior em benefício do setor privado. O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, com respaldo em dados documentais, bibliográficos e pesquisa de campo com egressos de cursos superiores que contrataram o FIES. Os dados obtidos incluíram a dificuldade de pagamento do financiamento em decorrência de um contexto de crise, baixos salários, desemprego e trabalho precário. Nota-se que o FIES não é apenas um acesso facilitado ao ensino superior privado, mas uma estratégia do Estado de transferência de responsabilidade da educação pública para a iniciativa privada. Em uma lógica neoliberal, a educação financiada tornou-se uma mercadoria em que estudantes são levados a pagar pela educação devido ao número insuficiente de vagas em instituições públicas. Ou seja, o FIES se apresenta como uma política que promove o empresariamento da educação, levando ao endividamento de estudantes que buscam uma formação de nível superior. Isso resulta em uma contraditória ideia de democratização da educação pois, nesse cenário, o acesso à política educacional, que deveria ser assegurada pelo Estado como um direito universal em todos os níveis para o conjunto da população, passa a depender, sob a ótica privatista, de condições financeiras individuais.

Palavras-Chave: Educação Superior. Financiamento Estudantil. Estado Neoliberal. Privatização. Mercado de Trabalho.

Abstract: This research analyzes the Higher Education Student Financing Fund (FIES) and its relationship with the privatization of Brazilian higher education and access to the job market. Although FIES is a public policy, as it is managed by the State, students who use this financing are required to repay the amounts, plus interest, after completing or interrupting the course. As of May 2022, the debt accumulated from contracts overdue for more than 90 days totaled R\$ 7.3 billion, covering 48.8% of the contracts signed, according to data from Agência Senado (2022). The history of student financing in Brazil dates back to 1975, during the civil-military dictatorship, with the aim of supporting low-income students through the National Student Financing Program (PRONAFE), which in 1992 was renewed by Law N°. 8.436 as CREDUC and replaced by FIES in 1999, during the administration of Fernando Henrique Cardoso. Data from the Higher Education Census show that between 1999 and 2023, there was a significant increase in the number of institutions and students enrolled in private higher education. The research, based on a historical-critical and dialectical approach, identified that FIES is a mechanism for accessing higher education that benefits the private sector. The study was conducted through qualitative research, supported by documentary, bibliographic data, and field research with graduates of higher education courses who contracted FIES. The data obtained included the difficulty of repaying the financing due to a context of crisis, low wages, unemployment, and precarious work. It is noted that FIES is not just an easy access to private higher education, but a State strategy to transfer the responsibility of public education to the private sector. In a neoliberal logic, financed education has become a commodity where students are led to pay for education due to the insufficient number of places in public institutions. In other words, FIES presents itself as a policy that promotes the commercialization of education, leading to the indebtedness of students seeking higher education. This results in a contradictory idea of democratizing education because, in this scenario, access to educational policy, which should be ensured by the State as a universal right at all levels for the entire population, becomes dependent, from a privatist perspective, on individual financial conditions.

Keywords: Higher Education. Student Financing. Neoliberal State. Privatization. Labor Market.

Resumen: La presente investigación analiza el Fondo de Financiamiento al Estudiante de Educación Superior (FIES) y su relación con la privatización de la educación superior brasileña y el acceso al mercado laboral. Aunque el FIES es una política pública, dado que su gestión es realizada por el Estado, los estudiantes que utilizan este financiamiento están obligados a reembolsar los valores, más los intereses, después de la conclusión o interrupción del curso. Hasta mayo de 2022, la deuda acumulada por contratos en mora de más de 90 días totalizaba R\$ 7,3 mil millones, abarcando el 48,8% de los contratos firmados, según datos de la Agencia Senado (2022). La historia del financiamiento estudiantil en Brasil se remonta a 1975, durante el período de la dictadura civil-militar, con el objetivo de apoyar a estudiantes de bajos ingresos a través del Programa Nacional de Financiamiento al Estudiante (PRONAFE) que, en 1992, fue renovado por la Ley nº 8.436 como CREDUC y reemplazado por el FIES en 1999, durante la gestión de Fernando Henrique Cardoso. Los datos del Censo de Educación Superior muestran que, entre 1999 y 2023, hubo un aumento significativo en la cantidad de instituciones y estudiantes matriculados en la educación superior privada. La investigación, fundamentada en un enfoque histórico-crítico y dialéctico, identificó que el FIES es un mecanismo de acceso a la educación superior en beneficio del sector privado. El estudio se realizó mediante investigación cualitativa, respaldada en datos documentales, bibliográficos y investigación de campo con egresados de cursos superiores que contrataron el FIES. Los datos obtenidos incluyeron la dificultad de pago del financiamiento debido a un contexto de crisis, bajos salarios, desempleo y trabajo precario. Se observa que el FIES no es solo un acceso facilitado a la educación superior privada, sino una estrategia del Estado de transferencia de responsabilidad

de la educación pública a la iniciativa privada. En una lógica neoliberal, la educación financiada se convirtió en una mercancía en la que los estudiantes son llevados a pagar por la educación debido al número insuficiente de plazas en instituciones públicas. Es decir, el FIES se presenta como una política que promueve la empresarialización de la educación, llevando al endeudamiento de estudiantes que buscan una formación de nivel superior.

Esto resulta en una idea contradictoria de democratización de la educación pues, en este escenario, el acceso a la política educativa, que debería ser asegurada por el Estado como un derecho universal en todos los niveles para el conjunto de la población, pasa a depender, bajo la óptica privatista, de condiciones financieras individuales.

Palabras Clave: Educación Superior. Financiamiento Estudiantil. Estado Neoliberal. Privatización. Mercado de Trabajo.

PERCEPÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

PERCEPTION OF INCOME INEQUALITY IN BRAZIL

PERCEPCIÓN SOCIAL DE LA DESIGUALDAD DE INGRESOS EN BRASIL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

Avelina Alves Lima Neta

Orientadora: Angela Vieira Neves

Resumo: A desigualdade brasileira é fato constatado em inúmeros estudos. O país é um dos mais desiguais do mundo em todas as suas dimensões, com uma concentração de renda e riqueza acentuada e persistente ao longo da sua história. Dado que toda desigualdade econômica é também política, existem diversos mecanismos que mantêm e justificam seus níveis. Um deles é a forma como as pessoas enxergam essa desigualdade. A percepção social pode ser moldada por diversos elementos materiais da realidade, mas também por aspectos culturais, simbólicos, contextuais e ideológicos. A forma como as pessoas enxergam a desigualdade que as cerca pode influenciar no apoio a medidas para sua manutenção, redução ou extinção. Na história recente, o Brasil passou por importantes transformações sociais, políticas e econômicas, que levaram a uma variação em seus níveis de desigualdade de renda. Por essa razão, esta pesquisa buscou compreender de que forma a sociedade percebe esse tipo de desigualdade, no período de 1997 a 2020, e que elementos conformam essa percepção. Partiu-se do pressuposto de que a percepção social da desigualdade de renda no Brasil, ao longo do tempo, é influenciada não apenas pelas variações objetivas dessa desigualdade, mas também por fatores contextuais, políticos e ideológicos. Para tanto, foi feita uma pesquisa de natureza quantitativa, na qual foi realizada uma análise descritiva dos dados secundários do Latinobarômetro e outra abordagem explicativa da correlação entre a desigualdade de renda objetiva e a percepção subjetiva dessa desigualdade. Além disso, foram construídos modelos multiníveis lineares para analisar as variáveis selecionadas em vários níveis de agregação. Em todas as interpretações, buscou-se fazer uma análise histórico-dialética, contextualizando os dados em sua conjuntura social, econômica e política. Assim, conclui-se que o comportamento da percepção da desigualdade de renda no Brasil é determinado parcialmente pelas variações no nível objetivo dessa desigualdade ao longo da série histórica analisada. No entanto, os dados mostraram que há uma correspondência muito significativa em uma análise a nível regional, isto é, mudanças nos níveis objetivos da distribuição de renda, por região geográfica, influenciam substancialmente a percepção que as pessoas têm sobre esse tipo de desigualdade. Ademais, fatores sociodemográficos, como: a idade, o nível educacional e o estado civil, interferem na percepção social sobre a

desigualdade de renda, assim como o fato de não possuir uma religião e a região de residência das pessoas. De outro modo, os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e ideológicos também podem influir na percepção de diferentes grupos sociais.

Palavras-chave: Desigualdade de renda; Percepção social; Brasil.

Abstract: Brazilian inequality is a well-documented fact in numerous studies. The country is one of the most unequal in the world in all its dimensions, with a highly concentrated and persistent distribution of income and wealth throughout its history. Given that all economic inequality is also political, various mechanisms sustain and justify its levels. One such mechanism is how people perceive this inequality. Social perception can be shaped by various material aspects of reality, but also by cultural, symbolic, contextual, and ideological factors. The way individuals perceive the inequality surrounding them can influence their support for measures aimed at maintaining, reducing, or eliminating it. In recent history, Brazil has undergone significant social, political, and economic transformations that have led to variations in income inequality levels. For this reason, this research aimed to understand how society perceives this type of inequality between 1997 and 2020, as well as the elements shaping this perception. The study was based on the premise that the social perception of income inequality in Brazil over time is influenced not only by objective variations in inequality but also by contextual, political, and ideological factors. To achieve this, a quantitative study was conducted, involving a descriptive analysis of secondary data from Latinobarómetro and an explanatory approach examining the correlation between objective income inequality and subjective perceptions of this inequality. Furthermore, linear multilevel models were developed to analyze selected variables at multiple levels of aggregation. In all interpretations, a historical-dialectical analysis was conducted, contextualizing the data within its social, economic, and political framework. The findings indicate that the perception of income inequality in Brazil is partially determined by variations in its objective levels over the historical period analyzed. However, the data revealed a significant correspondence at the regional level, meaning that changes in objective income distribution levels by geographic region substantially influence how people perceive this type of inequality. Moreover, sociodemographic factors – such as age, educational level, and marital status – affect social perceptions of income inequality, as does the absence of religious affiliation and the region of residence. Additionally, socioeconomic, political, cultural, and ideological factors may also shape the perception of different social groups.

Keywords: Income inequality; Social perception; Brazil.

Resumen: La desigualdad en Brasil es un hecho ampliamente documentado en numerosos estudios. El país se encuentra entre los más desiguales del mundo en todas sus dimensiones, con una concentración de ingresos y riqueza marcada y persistente a lo largo de su historia. Dado que toda desigualdad económica es también política, existen diversos mecanismos que la mantienen y justifican. Uno de ellos es la forma en que las personas perciben esta desigualdad. La percepción social puede estar moldeada por diversos elementos materiales de la realidad, pero también por factores culturales, simbólicos, contextuales e ideológicos. La manera en que las personas perciben la desigualdad que las rodea puede influir en su apoyo a medidas para su mantenimiento, reducción o eliminación. En la historia reciente, Brasil ha experimentado importantes transformaciones sociales, políticas y económicas que han provocado variaciones en los niveles de desigualdad de ingresos. Por esta razón, esta investigación buscó comprender cómo la sociedad percibe este tipo de desigualdad entre 1997 y 2020, así como los elementos que configuran dicha percepción. Se partió del supuesto de que la percepción social de la desigualdad de ingresos en Brasil, a lo largo del tiempo, no solo está influenciada por variaciones objetivas en dicha desigualdad, sino también por factores contextuales, políticos e ideológicos. Para ello, se llevó a cabo una in-

investigación de naturaleza cuantitativa, en la que se realizó un análisis descriptivo de los datos secundarios del Latinobarómetro, además de un enfoque explicativo de la correlación entre la desigualdad de ingresos objetiva y la percepción subjetiva de esta desigualdad. Asimismo, se construyeron modelos multinivel lineales para analizar las variables seleccionadas en diferentes niveles de agregación. En todas las interpretaciones, se buscó aplicar un análisis histórico-dialéctico, contextualizando los datos en su marco social, económico y político. Los resultados indican que la percepción de la desigualdad de ingresos en Brasil está determinada parcialmente por las variaciones en sus niveles objetivos a lo largo del período analizado. No obstante, los datos evidenciaron una correspondencia significativa a nivel regional, es decir, los cambios en los niveles objetivos de distribución del ingreso, según la región geográfica, influyen sustancialmente en la percepción de las personas sobre este tipo de desigualdad. Además, factores sociodemográficos – como la edad, el nivel educativo y el estado civil – inciden en la percepción social de la desigualdad de ingresos, al igual que la falta de afiliación religiosa y la región de residencia. Por otro lado, los aspectos socioeconómicos, políticos, culturales e ideológicos también pueden influir en la percepción de diferentes grupos sociales.

Palabras Clave: Desigualdad de ingresos; Percepción social; Brasil.

AS VOZES E O ATIVISMO DAS MULHERES NEGRAS – A PARTICIPAÇÃO FEMININA DO MOVIMENTO NEGRO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: MEMÓRIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS

THE VOICES AND ACTIVISM OF BLACK WOMEN – FEMALE PARTICIPATION OF THE BLACK MOVEMENT IN THE 1988 FEDERAL CONSTITUTION: MEMORIES, STRUGGLES AND RESISTANCE

LAS VOCES Y EL ACTIVISMO DE LAS MUJERES NEGRAS – PARTICIPACIÓN FEMENINA DEL MOVIMIENTO NEGRO EN LA CONSTITUCIÓN FEDERAL DE 1988: MEMORIAS, LUCHAS Y RESISTENCIAS

Programa de Pós Graduação em Política Social- PPGPS

Cristiana dos Santos Luiz

Orientadora: Ângela Vieira Neves

Resumo: A presente tese tem por objetivo analisar a participação, o ativismo político, o protagonismo e as vozes das mulheres negras, em especial das filiadas e ex filiadas, nos processos de concepção da Constituição de 1988. Observa-se, portanto, o impacto dessa atuação e seu protagonismo na luta contra o racismo, bem como no processo de consolidação da temática da promoção da igualdade racial e nas propostas apresentadas pelo Movimento Negro para a Constituição de 1988. Para isso, foram entrevistadas as ativistas negras Maria Luiza Junior, Jacira Silva, Graça Santos, Josefina Serra, Lúcia Lucimar, Cristina Guimarães, Benedita da Silva, Maria Lúcia Junior Monteiro e Helena Theodoro. A partir dos relatos dessas entrevistadas, analisamos a participação das ativistas negras na Constituinte. A pesquisa revelou que, a partir desse processo, houve uma atuação política e uma participação significativas das ativistas negras, que contribuíram de forma relevante no documento entregue pelo movimento negro, fruto da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte (CNNC), no qual foram apresentadas as demandas do Movimento Negro para esse marco regulatório. Realizamos, neste trabalho, a articulação entre sete categorias de análise: 1) ativismo; 2) protagonismo; 3) organização e mobilização do Movimento Negro; 4) lutas e resistência; 5) participação social; 6) demandas e ganhos constitucionais; e 7) altivez e dororidade. A tese também aborda a organização e mobilização do Movimento Negro para participar desse processo. Nos procedimentos metodológicos da pesquisa, a entrevista semiestruturada foi utilizada como nossa principal ferramenta de coleta de dados e material empírico. Foi possível confirmar nossa hipótese de que, na elaboração da Carta Magna de 1988, houve uma intensa atuação política das ativistas negras, que contribuíram significativamente no documento fruto da Convenção Nacional do Negro e a Constituinte, que apresentava as demandas do Movimento Negro para esse marco regulatório e foi entregue ao presidente da época, José Sarney, na Assembleia Nacional Constituinte. De igual modo, as ativistas negras tiveram uma participação

importante no debate racial realizado na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, que impactou nos ganhos que a comunidade negra obteve na Constituição de 1988. O estudo mostrou, ainda, que as divergências dentro do Movimento Negro não impediram a construção de um documento coletivo com as principais pautas propostas pelas ativistas. O documento foi apresentado à Constituinte. A Constituição Federal de 1988 incorporou parte desse documento. Notamos, neste estudo, a necessidade das mulheres negras de criarem um espaço onde pudessem debater suas especificidades, uma vez que suas particularidades não eram consideradas nem no movimento feminista nem no Movimento Negro, que utilizavam o argumento de que essa demanda dividia os movimentos. Nesse período, o feminismo negro e o pensamento feminista negro estão se consolidando. Por fim, identificamos que o racismo, o sexismo e o machismo foram evidenciados nesse processo – estes dois últimos inclusive dentro do Movimento Negro – e dificultaram a busca pelo protagonismo das mulheres negras neste contexto de lutas e resistências.

Palavras Chave: Movimento Negro; mulheres negras; ativismo; protagonismo; Constituição Federal.

Abstract: The aim of this dissertation is to analyse the participation, political activism, leadership, and voices of Black women, particularly current and former affiliates, in the processes shaping the Brazilian Constitutional text promulgated on October 5, 1988. The impact of this involvement and their leadership in the fight against racism is examined, along with the role played in establishing themes of racial equality promotion and in the proposals submitted by the Black Movement for the Constitution of the Federative Republic of Brazil. To achieve this, interviews were conducted with Black women activists Maria Luiza Junior, Jacira Silva, Graça Santos, Josefina Serra, Lúcia Lucimar, Cristina Guimarães, Benedita da Silva, Maria Lúcia Junior Monteiro, and Helena Theodoro. Based on these testimonies, we analyse the involvement of Black women activists in the Constitutional Assembly (1988). The research revealed that, through this process, there was significant political engagement and participation by Black women activists, who made substantial contributions to the document submitted by the Black Movement, which resulted from the National Convention of Black People for the Constitutional Assembly. This document presented the demands of the Black Movement for this regulatory framework. In this study, we focus on seven categories of analysis: 1) activism; 2) leadership; 3) organisation and mobilisation of the Black Movement; 4) struggles and resistance; 5) social participation; 6) constitutional demands and achievements; and 7) pride and sisterhood. The dissertation also discusses the organisation and mobilisation of the Black Movement to participate in this process. Through the methodological procedures of this research, semi-structured interviews were employed as the primary tool for data collection and empirical material. It was possible to confirm our hypothesis that in drafting the Constitutional text of October 5, 1988, there was intense political involvement by Black women activists, who made significant contributions to the document produced at the National Convention of Black People for the Constitutional Assembly, which presented the Black Movement's demands for this new regulatory framework and was submitted to then-President José Sarney at the Constituent Assembly (1988). Likewise, Black women activists played a crucial role in the racial debate conducted in the Subcommittee on Black People, Indigenous Populations, Disabled Persons, and Minorities, which influenced the gains achieved by the Black community in the Constitutional text of October 5, 1988. The study further showed that the internal disagreements within the Black Movement did not prevent the construction of a collective document with the main issues proposed by the activists. This document was submitted to the Constitutional Assembly. The Constitutional text enacted on October 5, 1988, incorporated parts of this document. In this study, we observe the need for Black women to create a space where they could discuss their particularities, given that these were not considered within the feminist movement or the Black Movement, which argued that this demand would divide the

movements. During this period, Black feminism and Black feminist thought were in the process of consolidation. Finally, we identified that racism, sexism, and machismo were evident in this process – the latter two even within the Black Movement – hindering Black women’s quest for leadership within this context of struggle and resistance.

Keywords: Black movement; Black women; activism; protagonism; Constitution of the Federative Republic of Brazil.

Resumen: La presente tesis tiene como objetivo analizar la participación, el activismo político, el protagonismo y las voces de las mujeres negras, en particular de las afiliadas y exafiliadas, en los procesos de concepción de la Constitución de 1988. Se observa, por lo tanto, el impacto de esta actuación y su protagonismo en la lucha contra el racismo, así como en el proceso de consolidación de la temática de la promoción de la igualdad racial y en las propuestas presentadas por el Movimiento Negro para la Constitución de 1988. Para ello, se entrevistaron a las activistas negras Maria Luiza Junior, Jacira Silva, Graça Santos, Josefina Serra, Lúcia Lucimar, Cristina Guimarães, Benedita da Silva, Maria Lúcia Junior Monteiro y Helena Theodoro. A partir de los relatos de estas entrevistadas, se analiza la participación de las activistas negras en la Asamblea Constituyente. La investigación reveló que, a partir de este proceso, hubo una actuación política y una participación significativas de las activistas negras, quienes contribuyeron de forma relevante en el documento entregado por el Movimiento Negro, fruto de la Convención Nacional del Negro para la Constituyente, en el que se presentaron las demandas del Movimiento Negro para este marco normativo. En este trabajo, realizamos la articulación entre siete categorías de análisis: 1) activismo; 2) protagonismo; 3) organización y movilización del Movimiento Negro; 4) luchas y resistencia; 5) participación social; 6) demandas y logros constitucionales; y 7) altivez y sororidad. La tesis también aborda la organización y movilización del Movimiento Negro para participar en este proceso. En los procedimientos metodológicos de la investigación, la entrevista semiestructurada fue utilizada como nuestra principal herramienta de recopilación de datos y material empírico. Fue posible confirmar nuestra hipótesis de que, en la elaboración de la Carta Magna de 1988, hubo una intensa actuación política de las activistas negras, quienes contribuyeron significativamente en el documento, fruto de la Convención Nacional del Negro para la Constituyente, que presentaba las demandas del Movimiento Negro para este marco normativo y fue entregado al presidente de la época, José Sarney, en la Asamblea Nacional Constituyente. Asimismo, las activistas negras desempeñaron un papel importante en el debate racial que tuvo lugar en la Subcomisión de los Negros, Poblaciones Indígenas, Personas con Discapacidad y Minorías, lo cual impactó en los logros obtenidos por la comunidad negra en la Constitución de 1988. El estudio mostró, además, que las divergencias dentro del Movimiento Negro no impidieron la construcción de un documento colectivo con los principales puntos propuestos por las activistas. Dicho documento fue presentado en la Asamblea Constituyente. La Constitución Federal de 1988 incorporó parte de este documento. Observamos, en este estudio, la necesidad de las mujeres negras de crear un espacio donde pudieran debatir sus especificidades, ya que sus particularidades no eran consideradas ni en el movimiento feminista ni en el Movimiento Negro, que utilizaban el argumento de que esta demanda dividía los movimientos. Durante este periodo, el feminismo negro y el pensamiento feminista negro estaban consolidándose. Finalmente, identificamos que el racismo, el sexismo y el machismo se evidenciaron en este proceso, siendo estos dos últimos incluso presentes dentro del Movimiento Negro, lo cual dificultó la búsqueda del protagonismo de las mujeres negras en este contexto de luchas y resistencias.

Palabras Clave: movimiento negro; mujeres negras; activismo; protagonismo; Constitución Federal